

A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO DE SÃO PAULO¹

Rosângela Dias Oliveira da Paz
Núria Pardillos Vieira

Introdução

Esse relato de experiência aborda a trajetória do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, destacando a importância desse componente da política e da atuação profissional na área urbana e habitacional, e, principalmente, a necessária articulação política e intervenções coletivas para afirmar o sentido e a direção de um trabalho estratégico para a efetivação do direito à moradia e à cidade.

O Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo é um espaço aberto de articulação política, de trocas de experiências, de debates e de (re)afirmação de uma identidade do trabalho social comprometido com o direito à cidade e a organização e participação social.

Participam do Fórum profissionais que atuam em equipes de trabalho social, de diferentes áreas de conhecimento – órgãos públicos, entidades de assessoria técnica a movimentos populares ou empresas prestadoras de serviços – bem como professoras/es e pesquisadoras/es e militantes de movimentos de moradia.

O Fórum, como espaço de articulação política, é aberto a aqueles/as que compartilham dos princípios e pautas da reforma urbana e que veem a necessidade de construir estratégias coletivas e propostas de enfrentamento da precarização das condições de trabalho, segmentação, modelização e controle de produtos parciais do trabalho social.

Nossa organização é política, informal e horizontal. A cada encontro definimos pautas e prioridades de discussão da intervenção coletiva na cena pública, afirmando posições, resistências e solidariedades com a luta dos movimentos sociais e a defesa da cidade e moradia.

Breve Histórico

O Fórum teve início em abril de 2015, a partir da articulação de profissionais, pesquisadores, professores e movimentos sociais de luta por moradia, que sentiram a necessidade de discussão da concepção e da direção do trabalho social na Política Nacional de Habitação e de seus programas, bem como dos desafios postos no cotidiano de implantação dos projetos. Os encontros seguiam uma certa periodicidade – mensal ou bimensal – em local cedido por um de nossos parceiros na luta pela reforma urbana, o Instituto Polis, localizado no centro da cidade.

Desde o início dessa articulação, o Fórum identificou que o trabalho social vinha sendo profundamente afetado pelas grandes transformações ocorridas a partir de 1990, no

¹ Este capítulo é uma compilação dos principais documentos do Fórum sobre Trabalho Social em Habitação de São Paulo, que foram construídos coletivamente na sua trajetória.

Estado e nas políticas públicas: introdução de uma racionalidade neoliberal e, conseqüentemente, processo de redução dos quadros de profissionais do Estado, responsáveis pela operação das políticas; intensa segmentação dos procedimentos de trabalho social em campo, conjugada com a terceirização da sua operação; desaceleração do desenvolvimento do trabalho social nas assessorias técnicas aos movimentos sociais e a associações de moradia.

Os anos 2000 apresentaram avanços importantes no campo normativo, de financiamento da política urbana e habitacional, e de reconhecimento do trabalho social como componente da política de habitação. Entretanto, as disputas entre os interesses coletivos e do mercado nas cidades afloraram as contradições presentes nas políticas públicas e a prevalência, em muitos momentos históricos, dos interesses dos capitais – imobiliário, da construção civil e financeiro – elementos esses que impactaram diretamente o desenho dos programas de habitação de interesse social e do trabalho social.

O golpe de 2016, que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e instaurou uma crise democrática no país, suspendeu esse processo de avanço e deu início a um deliberado processo de desmonte das políticas públicas, incluindo o conjunto de programas desenhados no campo da habitação de interesse social e da participação social na gestão de políticas e programas, e o governo eleito em 2018 veio aprofundar a subordinação da política habitacional ao mercado, às restrições ao financiamento para extratos de menor renda e dos subsídios, o que impactou profundamente o acesso da população à política pública de habitação.

Essas transformações e seus impactos foram sendo pautados nos encontros do Fórum de Trabalho Social – seminários, oficinas e rodas de conversa – e parte dessas reflexões geraram manifestações públicas; mas os encontros sempre seguiram o princípio fundamental de garantir espaços de reflexão conjunta e fortalecimento das lutas coletivas, seja no interior das categorias profissionais que compõem o trabalho social, seja nos espaços de trabalho – e portanto, espaços de disputa de concepções sobre o papel do trabalho social – e no fortalecimento das lutas sociais, em articulação com os movimentos sociais de luta pela cidade e pela moradia digna.

Durante a pandemia sanitária que assolou nosso país, nos anos 2020 a 2022, reorganizamos nossos encontros para o formato virtual, de tal modo que encontros temáticos foram sendo realizados em formato de *live* e os encontros de planejamento e rodas de conversa ocorreram em plataformas que fornecem espaços de trabalho virtuais. Em ambos os casos, sempre que necessário, um tempo de conexão maior do que aquele fornecido gratuitamente pelas plataformas, pudemos contar com o apoio de nossos parceiros de luta como os movimentos de moradia e assessorias técnicas.

Principais proposições

O Fórum partilha dos princípios e das pautas da luta pela reforma urbana: gestão democrática das cidades; função social da propriedade e da cidade; direito à cidade para todos e todas, moradia digna, com distribuição das riquezas socialmente produzidas.

Nessa direção, o Fórum se posiciona na concepção do trabalho social comprometido com o direito à cidade e a moradia digna e na defesa:

- Da Política Nacional de Habitação e de um conjunto diversificado de programas habitacionais; Defesa do subsídio habitacional para as faixas de menor renda; e da autonomia dos municípios na indicação da demanda;
- Da efetivação do Sistema e da Política Nacional de Habitação com a definição de um leque de alternativas de programas habitacionais que envolvam a provisão habitacional (produção de novas unidades), a regularização fundiária, a urbanização de assentamentos precários e a locação social, acompanhados de um trabalho social que respeite a especificidade das demandas sociais de cada programa, reforçando a participação social na tomada de decisão e no controle da destinação dos recursos públicos, que viabilize o amplo acesso da população às informações sobre projetos, obras, remoções e alternativas habitacionais provisórias e definitivas.
- Da moradia como direito social e não mercadoria;
- Da participação popular na política pública de habitação; no processo de planejamento, decisão, execução, avaliação e controle social. Defendemos a participação social em todos os momentos de implementação dos programas, na construção, operação e avaliação das políticas públicas, bem como o fortalecimento da organização autônoma dos movimentos de moradia e a produção auto-gestionária de habitação de interesse social, protagonizada pelos movimentos de moradia.

Tendo como suporte esses princípios, reafirmamos a importância do trabalho social como componente fundamental da política habitacional, para todas as faixas de renda, cuja definição, direção e coordenação, em se tratando de políticas operacionalizadas com recursos públicos, deve reforçar o papel e a autonomia dos municípios, seja na composição do escopo do trabalho, seja na definição da demanda, da metodologia, do instrumental e das técnicas a serem utilizadas, de acordo com a realidade local.

Reafirmamos, ainda, que o trabalho social em habitação de interesse social deve ser entendido como processo, e, como tal, possui elementos passíveis de mensuração (produtos especificamente desenvolvidos – atividades) e outros que apresentam particularidades de acordo com a realidade local e o perfil do grupo de população, que nem sempre podem ser padronizados em normatizações. Portanto, ao se restringir o trabalho social apenas aos produtos mensuráveis, há uma tendência em modelizar e, assim, empobrecer as suas possibilidades de ação. O trabalho social é composto de processos que se materializam em determinados territórios com grupos de população e movimentos sociais, com dinâmicas próprias e relações sociais e de poder particulares, que exige profissionais comprometidos com a defesa do direito à cidade e a moradia digna.

Entendemos que o Fórum não pode agir sozinho, é fundamental estar articulado e atuar coletivamente com outras organizações da sociedade civil organizada, como os movimentos sociais de moradia, sindicatos, conselhos profissionais, organizações não governamentais. Nessa direção, participamos da rede BR CIDADES, vinculada à Frente Brasil Popular, que reúne movimentos sociais, especialistas e acadêmicos que militam na construção democrática das cidades, e mantemos diálogo a atividades com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-SP) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP).

O Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo participa da Campanha “Despejo Zero”, apoia e se soma aos movimentos e organizações da sociedade civil e da ONU-Habitat, na Campanha “Despejo Zero em defesa da via – no campo e na cidade!”. Assim defendemos que assistentes sociais e demais profissionais que atuam no trabalho social das políticas urbana, habitacional e demais políticas sociais, somem-se à luta dos movimentos sociais pelos “Despejos Zero” e se apoiem nos seus Conselhos Profissionais, sindicatos de base ou de categoria, para não participar dos processos de despejo, remoções e reintegração de posse nesse contexto.

Desafios

Compartilhamos dos desafios dos movimentos sociais que lutam em defesa da reforma urbana e da democratização das cidades, de políticas públicas voltadas para o atendimento efetivo dos segmentos populares e da realização efetiva do direito de todos à moradia digna e à cidade. Em especial, destacamos:

a) Mobilização e formação política de trabalhadoras/es sociais e consequente fortalecimento da concepção de trabalho social como processo e territorialmente situado.

A concepção de trabalho social, a ser desenvolvido nos projetos de habitação de interesse social, é um elemento em constante disputa, sustentado por visões de sociedade, papel do Estado e do “mercado” muitas vezes opostas.

É fundamental refletir sobre projetos de sociedade em disputa, compreender sobre quais princípios se sustentam e quais os efetivos impactos que produzem (ou podem produzir) sobre o cotidiano das populações com as quais trabalhamos, bem como sobre a organização do nosso trabalho profissional.

Trata-se de desafio complexo, que envolve o desenvolvimento de variadas frentes, porém acreditamos que processos mobilizadores e reflexivos, como o experienciado pelo Fórum de Trabalho Social, têm uma importante contribuição nesse sentido.

b) Ampliação e articulação permanentes dos profissionais que atuam no trabalho social.

Precisamos ampliar esse significativo processo de mobilização que o Fórum de Trabalho Social construiu em São Paulo, envolvendo não só municípios do interior do estado de São Paulo, mas apoiando iniciativas em outros estados, com o compartilhamento de nossa experiência, visando construção de reflexões e propostas de ação mais ricas e territorialmente engajadas.

c) Aprofundamento das reflexões sobre as políticas urbanas, em especial para as políticas habitacionais, com construção permanente de propostas para o trabalho social que dialoguem diretamente com as realidades territoriais complexas e dinâmicas.

d) Fortalecimento das lutas populares por condições dignas de vida nas cidades.

As cidades são palco de inúmeras lutas, por melhores condições de vida e pelo acesso aos bens e serviços socialmente. Somam-se as lutas por moradia digna e de qualidade, as lutas por saneamento básico, mobilidade urbana, as lutas do movimento negro, de mulheres, do movimento LGBTQIA+, dos coletivos juvenis e de cultura popular,

que disputam os espaços públicos e clamam pela efetivação de direitos, por formas inclusivas de sociabilidade nas cidades.

Apontamentos para o debate

O trabalho social deve ser compreendido no contexto contraditório, de tensões e disputas entre interesses presentes nas cidades e no Estado. A convocação do trabalho social, executado por equipes interdisciplinares, majoritariamente de assistentes sociais, mas também de sociólogos, psicólogos e pedagogos, entre outros, responde a interesses diversos, muitas vezes opostos e antagônicos, que exige posicionamento ético e afirmação da direção e sentidos das ações realizadas.

Na trajetória de construção das políticas habitacionais, em particular no âmbito federal, conquistou-se o reconhecimento do trabalho social como um componente presente e fundamental em todos os programas voltados ao atendimento da população de baixa renda.

O Fórum concebe que a natureza do trabalho social é fundamentalmente processual e relacional. É um processo de trabalho em territórios determinados com a população, as famílias, os grupos, os movimentos sociais, as redes e as organizações, o que significa conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos, de modo a intervir respeitando as características socioculturais existentes. Essa processualidade impõe a necessidade de interlocução e o planejamento entre as diferentes áreas técnicas – física, jurídico e social – na troca de saberes específicos, nem sempre livre de conflitos e disputas, e, ainda, a articulação com as outras áreas de políticas públicas para responder às necessidades da população.

A estratégia de articulação intersetorial e territorial é elemento central nas metodologias de trabalho social. Implica no esforço de apreensão sobre os serviços e recursos públicos disponíveis, organizações, lideranças, forças sociais atuantes, presentes em cada território.

A opção da política pública de ofertar soluções habitacionais, através de condomínios, em geral grandes empreendimentos verticalizados, como foi o caso do Programa Minha Casa Minha Vida, gerou problemas com o custo de morar para as famílias de menor renda, que não tinham como arcar com as despesas da passagem das condições de vida na informalidade para a formalidade (como as taxas de água, luz, gás, condomínio etc.), o que pressiona no sentido de expulsão das famílias inadimplentes. Além disso, o tamanho e a baixa inserção urbana dos empreendimentos nas cidades e a consequente segregação geram e aprofundam dificuldades de convívio e sociabilidade, agravadas pela presença do tráfico, de milícias e do crime organizado.

Outro aspecto importante é a configuração precária do trabalho social da gestão da política habitacional nos municípios. Historicamente, não se estruturaram secretarias de habitação, ou similares, e muitas das atribuições do trabalho social foram transferidas para secretarias ou órgãos responsáveis pela política de assistência social. Soma-se a isso a precarização da própria estrutura administrativa, que dá suporte à política habitacional, o que tem induzido à terceirização dos serviços, a partir da contratação de empresas especializadas para a execução do trabalho social. A consequência dessa configuração precária é a fragmentação do trabalho social, em tarefas e micro equipes de execução e a

desconfiguração da dinâmica processual. A falta de estrutura e de pessoal nas prefeituras, mesmo para coordenação e supervisão dos serviços, tem levado, ainda, ao descompasso do planejamento em relação à organização social da população envolvida nos projetos.

Por fim, é fundamental reafirmar que o equacionamento dessas tensões está intrinsecamente conjugado com a garantia de políticas públicas universais e, portanto, inclusivas e ativamente participativas.